

# “Brasil vive grave quadro de violações”, diz procuradora Deborah Duprat à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

*Diálogo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão integra a missão oficial da CIDH ao Brasil, que teve início hoje e segue até o próximo dia 12*

*(PFDC, 05/11/2018 - [acesse no site de origem](#))*



*A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, recebeu nesta segunda-feira (5) visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).  
Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR*

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, recebeu nesta segunda-feira (5) visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O encontro com a PFDC – órgão do Ministério Público Federal – integra a missão oficial da CIDH ao Brasil, que teve início hoje e segue até 12 de novembro, com o objetivo de coletar informações sobre violações de direitos humanos no atual contexto brasileiro.

Discriminação, desigualdade, pobreza e a situação das políticas públicas voltadas à proteção de direitos estiveram entre os temas tratados com a presidente da CIDH, Margarette May Macaulay, e os comissários Francisco José Eguiguren Praeli e Joel Hernández García, além do relator especial para a Liberdade de Expressão, Edison Lanza.

Na oportunidade, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão destacou o grave quadro de retrocessos sociais no Brasil, que tem afetado todas as políticas públicas na área e, muito especialmente, aquelas voltadas a populações camponesas, pessoas em privação de liberdade, população LGBTI, negros, mulheres e outros grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

“A Emenda Constitucional 95/2016 estabeleceu no país uma severa política de austeridade, com o congelamento de gastos sociais pelos próximos 20 anos. Os resultados dessa medida já

estão sendo sentidos e, caso não haja uma decisão da Justiça impedindo sua continuidade, representará verdadeiro desmonte do pacto social estabelecido pela Constituição Federal brasileira”, pontuou Deborah Duprat.

A PFDC também relatou à Comissão propostas legislativas atualmente em debate no Congresso Nacional e que impactam gravemente a implementação de direitos – como o que busca criminalizar a atuação de movimentos sociais, em uma tentativa de enquadrar como práticas terroristas a luta pelo direito à terra e à moradia.

“Há ainda uma proposta intitulada ‘Escola Sem Partido’, que busca interditar o debate sobre gênero e direitos sexuais, contrariando inclusive o que se estabeleceu durante a Conferência do Cairo, em 1994, na qual se estabeleceu uma agenda de compromissos voltados à saúde sexual e reprodutiva, à promoção da igualdade de gênero e a eliminação da violência contra as mulheres”.

Deborah Duprat ressaltou ainda as ameaças ao direito à liberdade de expressão e manifestação e destacou que em 2016 apresentou à Procuradoria Geral da República uma representação para o fim do chamado crime de “desacato”, medida já implementada na maior parte dos países da região, inclusive em atendimento à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

Durante o encontro, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão detalhou o funcionamento da PFDC como ombudsman nacional e sua atuação na esfera extrajudicial e judicial, por meio da rede de procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o país.

**Saiba mais** - Além da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, os representantes da CIDH estão reunidos com outras autoridades governamentais nos níveis federal, estadual e local, além de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e acadêmicos. A comissão vai coletar depoimentos de vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares nos diferentes lugares que serão visitados. A CIDH também fará reuniões com agências do Sistema das Nações Unidas e membros do corpo diplomático. A Comissão Interamericana observará também a situação do acesso à Justiça e a eventual situação de impunidade em casos de graves violações aos direitos humanos. A delegação visitará Brasília e os estados da Bahia, do Maranhão, de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, do Pará, Rio de Janeiro, de Roraima e São Paulo. As observações preliminares serão apresentadas pela CIDH ao final da visita, em 12 de novembro.

---

## [Defensoria Pública de São Paulo lança Observatório da Violência por Intolerância](#)

A **Defensoria Pública** é instituição permanente que tem por finalidade, por força da Constituição Federal, a defesa de direitos da população carente, de forma integral e gratuita, bem como a proteção e a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação de todas as formas de discriminação.

O **[OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POR INTOLERÂNCIA](#)** da Defensoria Pública de São Paulo, em parceria com a Defensoria Pública da União em São Paulo, foi lançado para a coleta contínua de dados sobre a violência motivada por todas as formas de discriminação, com vistas a subsidiar a atuação em prol de políticas de prevenção e repressão desta forma de violência.

**Apenas devem ser registrados casos ocorridos no Estado de São Paulo.**

É garantido o **sigilo das informações pessoais coletadas**, sendo que os relatórios que o Observatório produzirá não especificarão estes dados.

A Defensoria Pública também prestará orientação jurídica às vítimas e acompanhamento dos casos mais graves, observados os critérios de atendimento da Instituição. Se você deseja atendimento, é muito importante indicar alguma forma de contato.

O formulário é destinado apenas às próprias vítimas de violência.

**Se você foi vítima de algum tipo de violência em razão de discriminação no estado de São Paulo e deseja reportar o fato ao Observatório da Defensoria Pública, acesse aqui o [formulário](#)**

---

## **[Prêmio Vladimir Herzog: série da Rádio Nacional sobre mulheres no cárcere recebe menção honrosa](#)**

*A reportagem Defensores sob ameaça, de Mariana Fabre, exibida no programa Caminhos da Reportagem, da **TV Brasil**, venceu o 40ª Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos na categoria melhor produção jornalística em vídeo. A série de reportagens Mulheres no cárcere, de Danyele Soares, da **Rádio Nacional**, receberá Menção Honrosa de produção jornalística em áudio. A solenidade de entrega da premiação será realizada na quinta-feira (25), às 20h no Tucarena, Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).*

*[\(Agência Brasil, 16/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)*

Quatro reportagens produzidas pela **EBC** foram finalistas do 40º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog. A reportagem *Refugiadas*, de Bianca Vasconcellos, produzida pelo *Caminhos da Reportagem* também concorreu à melhor produção jornalística em vídeo. A série *O povo venezuelano e a crise*, de Kariane Costa, veiculada pela **Rádio Nacional** e publicada na **Radioagência Nacional** também disputou o prêmio de melhor produção jornalística em áudio.

O Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos reconhece o trabalho de jornalistas que colaboram na defesa e promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos

Humanos e Sociais.

## **Defensores sob ameaça**

A reportagem da **TV Brasil** abordou a violência contra os militantes de direitos humanos e mostrou como o Brasil é um país perigoso para os que os defendem. A morte da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, casos como o da líder sindicalista Margarida Alves e do extrativista Chico Mendes, ambos assassinados na década de 1980, ainda são uma realidade, principalmente para os que lutam pelo direito à terra.

## **Mulheres no cárcere**

A série de três reportagens, veiculadas em maio deste ano na **Rádio Nacional**, trata da situação de gestantes, mãe e bebês que vivem atrás das grades.

[Encarceramento de mulheres no Brasil cresceu 450% em 16 anos](#)

[Apenas 16% dos presídios têm celas para gestantes e somente 14% têm berçário](#)

[Incerteza e falta de perspectiva marcam vida de mulheres que saem da prisão](#)

---

# **Movimentos sociais e coletivos feministas protestam por direitos da mulher em SP**

Posicionamento contra reforma da previdência e pelo fim da violência de gênero são algumas das pautas em atos na Sé e na Avenida Paulista.

*[\(G1/SP, 08/03/2017 - clique aqui para ver fotos e vídeo\)](#)*

Coletivos feministas e movimentos sociais se reuniram na tarde desta quarta-feira (8), em São Paulo, para protestar por direitos da mulher, contra a reforma da previdência e a violência de gênero. Na Paulista um ato de professores chegou a fechar os dois sentidos da via. Na Sé, a manifestação foi liderada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sindicatos.

O grupo que estave na Avenida Paulista seguiu pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio, Rua 13 de Maio, Rua Maria Paula com o objetivo de chegar à Praça da República e à Prefeitura. Muitas mulheres levavam a inscrição “Nem uma a menos”, do movimento contra a violência contra a mulher. O ato foi encerrado às 19h50 em frente à Prefeitura.

Além da luta contra a violência de gênero, a pauta também condenava a reforma da previdência proposta pelo presidente Michel Temer, cobrava a legalização do aborto, o fim da violência policial.

Na Avenida Paulista, um ato de professores pelo Dia Internacional das Mulheres bloqueava os

dois sentidos da Avenida Paulista, na altura do Masp, desde o início da tarde. A manifestação seguiu em caminhada em direção ao Centro da cidade (veja no vídeo acima). A Avenida Paulista foi liberada por volta de 18h15.

Em seguida, grupos de mulheres se reuniram no mesmo ponto. O ato que teve a concentração no vão do Masp atende ao chamamento internacional, feito por um grupo de intelectuais e ativistas feministas dos Estados Unidos, propondo greve geral no Dia Internacional das Mulheres.

Assinado por mulheres emblemáticas como Angela Davis e Nancy Fraser, o texto defende que a marcha realizada no dia 21 de janeiro contra o presidente norte-americano Donald Trump desse início a uma série de ações em defesa da igualdade de gêneros.

As mulheres levavam cartazes e pintavam os rostos. Depois, saíram em caminhada no sentido Paraíso, em direção à Praça da Sé. Ao passarem em frente ao prédio da Fiesp, as manifestantes vaiaram a fundação. “A nossa luta é todo dia contra o machismo, racismo e homofobia”, cantavam.

---

## [Fica fácil culpar a ‘neguinha’, diz mãe de presa após morte de italiana no CE](#)

**(Folha de S.Paulo, 03/01/2015)** Da sua casa na Baixada Fluminense, a aposentada Valdicéia França, 63, não consegue falar com a filha, Mirian França de Mello, 31, desde que ela foi presa na última segunda (29), no Ceará, suspeita de envolvimento no assassinato da italiana Gaia Molinari.

Ela foi encontrada morta, no dia 25, estrangulada, em Jericoacoara, no litoral cearense. Mirian, que viajava com Gaia, cumpre prisão preventiva por 30 dias, por contradições em seus depoimentos, segundo a polícia.

“Tentei falar com ela por telefone, mas dizem que não podem passar a ligação ou recados. Os policiais viram uma neguinha, pobre, turista e ficou fácil colocar a culpa nela”, disse Valdicéia à Folha.

“Se fosse minha filha morta, será que a italiana estaria presa? É racismo. A delegada disse que vai manter minha filha presa até que ela colabore. O que significa isso? Querem forçar ela a confessar um crime que sei que nunca faria”, completou.

A **Folha** não conseguiu localizar um representante da polícia cearense para comentar o assunto.

A última vez em que falou com Mirian, no Natal, a filha fez um pedido de oração. “Ela me disse: mãe, estou muito mal, uma amiga minha morreu. Ore por mim e pela alma dela. Eu vou agora em um centro espírita rezar por ela também”, relembrou.

Estudante de doutorado no Instituto de Microbiologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mirian morava sozinha desde os 20 anos, quando passou no vestibular do curso de Química, da mesma universidade.

Até os 29 anos, morou no alojamento da UFRJ, voltado a alunos de baixa renda. Há dois anos, passou a dividir apartamento com Raquel Albuquerque, 27, colega do curso.

“Ela me convidou para viajar, mas eu estava sem dinheiro e não fui”, disse Raquel.

Segundo a amiga, enquanto prestava depoimento, Mirian chegou a conversar com ela por mensagem de celular. “Ela me disse que na véspera de Natal estava esperando a Gaia voltar para Jericoacara para irem até Canoa Quebrada, mas Gaia não apareceu, nem para jantar”, afirmou.

“A prenderam por causa da cor da pele. A única coisa que pesa contra ela é o fato de ser negra. É uma discriminação.” Até o momento, Mirian ainda não constituiu advogado.

A professora Maria Bélio, orientadora de Mirian na UFRJ, disse que a universidade está em contato com defensores públicos em Fortaleza, que devem assumir o caso.

“É uma aluna aplicada, estudiosa. Sabemos que pela índole da Mirian, jamais cometeria um assassinato.”

*Bruna Fantti*

**Acesse o PDF:** [Fica fácil culpar a ‘nequinha’, diz mãe de presa após morte de italiana no CE \(Folha de S.Paulo, 03/01/2015\)](#)

---

## [Perguntas e respostas sobre novas regras para guarda compartilhada](#)

**(Portal G1, 23/12/2014)** Segundo especialistas, nova regra será aplicada em todos os casos. Projeto de lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

A presidente Dilma Rousseff sancionou o projeto de lei que altera o Código Civil e torna a **guarda compartilhada regra** no país, mesmo se não houver acordo entre os pais. A sanção foi publicada na edição desta terça-feira (23) do “Diário Oficial da União”.

**Leia também**

[Entra em vigor lei que prioriza guarda compartilhada de filhos \(Câmara Notícias, 23/12/2014\)](#)  
[Feministas analisam PLC da Guarda Compartilhada aprovada no Senado \(Cfemea, 21/11/2014\)](#)

Especialistas ouvidos pelo G1 afirmam que essa será a primeira opção em todos os casos, a menos que haja um motivo excepcional.

“Vai ser proveitoso”, afirma o juiz Homero Maion, da 6ª Vara da Família, e diretor do Fórum João Mendes, em São Paulo. “O que acontece é que os filhos são usados como um brinquedo para pensão, ou até para vingança, por mágoas de um contra o outro.”

O advogado de família Danilo Montemurro afirma que a guarda compartilhada não pode ser confundida com a convivência alternada. “É extremamente prejudicial à criança que ela passe um dia com a mãe e o outro com o pai, de maneira alternada. Condenar a criança a passar sua infância com uma mochilinha nas costas, dormindo cada dia num lugar diferente é indesejável e cruel”, avalia.

Veja a seguir o que dizem os especialistas sobre as principais dúvidas dos pais:

## 1 - Afinal, o que é guarda compartilhada?

---

Pelo texto da nova lei, o objetivo da guarda compartilhada é que o tempo de convivência com os filhos seja dividido de forma “equilibrada” entre mãe e pai. Eles serão responsáveis por decidir em conjunto, por exemplo, forma de criação e educação da criança; autorização de viagens ao exterior e mudança de residência para outra cidade. O juiz deverá ainda estabelecer que a local de moradia dos filhos deve ser a cidade que melhor atender aos interesses da criança.

---

## 2 – O que muda?

---

Hoje, a guarda compartilhada é uma opção. Com a nova lei, a possibilidade passa a ser a regra, que será descartada apenas em casos excepcionais.

---

## 3 – A guarda compartilhada será obrigatória?

---

Não. O juiz deverá levar em consideração os aspectos de cada caso para decidir a forma mais adequada de guarda. Em tese, se as duas pessoas possuem condições, a primeira opção é



dividir a guarda.

---

4 - Na guarda compartilhada, o filho ficará um dia com o pai e outro com a mãe?

---

Não se confunde guarda compartilhada com convivência alternada. Será fixada a residência da criança, e o pai que não tem a custódia física exercerá o direito de convivência, por exemplo, com alternância de finais de semana ou de um ou dois dias na semana.

---

5 – É preciso acordo entre os pais para dividir a guarda?

---

Não. A guarda compartilhada será aplicada mesmo para pais que não se conversam. Caberá a eles obedecer à ordem judicial.

---

6 – A guarda é aplicada mesmo quando há uma situação de conflito entre os pais?

---

A guarda compartilhada será regra geral, mesmo que haja conflito entre os pais.

---

7 – A opinião da criança pode ser considerada?

---

A criança não pode escolher quem será seu guardião, porque não tem discernimento suficiente. Ela só é ouvida em casos excepcionalíssimos, por exemplo, quando se discute a



incapacidade para o exercício da guarda e limitação de convivência (visitas assistidas por exemplo), sempre acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta de assistente social e psicólogos, além dos advogados, promotores e juiz.

---

8 – E se os pais moram longe, em cidades ou até países diferentes?

---

Dependerá do caso concreto. A guarda compartilhada, sendo um poder de gerenciar a vida dos filhos menores, é possível de ser estabelecida e exercida mesmo em caso de pais que moram em cidades, estados ou até mesmo em países diferentes, especialmente com as facilidades que a tecnologia proporciona, como Skype, telefones, e-mails e outros. A convivência com o genitor que mora longe poderá ser compensada durante os períodos de férias e feriados prolongados.

---

9 – Pode haver revisão da guarda que esteja com apenas um dos pais?

---

É possível a revisão do regime atual, mas deve ser alterado por um juiz, via processo judicial, que poderá ser consensual (amigável) ou litigioso (caso o outro genitor discorde da guarda compartilhada).

---

10 - Sou pai e hoje só vejo meu filho a cada 15 dias. O que devo fazer para aplicar a guarda?

---

Sim. O pedido deve ser feito ao juiz por meio de uma ação requerendo a guarda compartilhada. Se não tiver condições de arcar com um advogado, é possível procurar a Defensoria Pública. O juiz poderá modificar a guarda se houver comprovação de que o pai também pode arcar com as necessidades da criança.

---

## 11 – Como fica a pensão alimentícia?

---

A tendência é de que os próprios pais entrem em acordo, já que a criança passará períodos na casa de ambos. O juiz fixará o valor de acordo com a divisão, prevendo ainda o pagamento de escola, saúde e outros gastos.

---

## 12 – Quem será responsável por despesas como médico, escola, entre outros?

---

É dever de ambos (pai e mãe), na proporção da possibilidade de cada um, ou seja, quem pode mais paga mais, independentemente de quem tenha a guarda ou se ela é compartilhada. Somente com eventual mudança na possibilidade de quem paga (perder o emprego, ou receber um aumento de salário, por exemplo) é que o valor da pensão pode ser revisto, para menos ou mais.

---

## 13 – Os pais podem decidir entre si, sem informar à Justiça, como será a convivência?

---

O regime de convivência deve ser bem definido pelos pais (ou pelo juiz em caso de discordância) e submetido à aprovação do juiz. Regras definidas informalmente pelos pais não têm valor jurídico, sendo aconselhável que sempre sejam submetidas ao Poder Judiciário.

---

## 14 – E quando um dos pais não quer a guarda?

---

Para os especialistas, é um indício de que o pai ou mãe não vai tratar bem da criança, portanto, a guarda compartilhada não seria a melhor opção.

---

## 15 - A lei valerá apenas para novos casos?

---

Não. A questão da guarda pode ser alterada a qualquer momento a pedido das partes. A partir da aprovação da lei, a nova regra deverá ser aplicada a todos os casos.

Acesse no site de origem: [Perguntas e respostas sobre novas regras para guarda compartilhada \(G1, 23/12/2014\)](#)

---

## [Como as piadas de estupro contribuem para a cultura do estupro](#)

**(Brasil Post, 21/08/2014)** Tenho amigas, conhecidas e amigas de amigas que foram estupradas e atacadas sexualmente. Escutei pacientemente quando elas contaram suas experiências do que aconteceu, ou do que deveria ter acontecido e do que nunca acontecerá.

É de partir o coração.

O choque que se materializa ao perceber que alguém próximo de você foi estuprada ou atacada sexualmente estilhaça a realidade e questiona se existe realmente bem no mundo.

Nos Estados Unidos, uma americana é atacada sexualmente a cada dois minutos, mas as pessoas continuam pensando que fazer piadas sobre estupro ou ataque sexual pode ser visto como engraçado. Não é.

Algumas pessoas dizem que é porque eu “não entendo piadas” ou preciso “ser mais leve” ou “ter mais senso de humor”. O meu senso de humor está ótimo, mas obrigada por verificar.

Quando você está em sua casa e recebe um telefonema de alguém próximo de você que pensa que foi abusado e por que diabos alguém faria isso, seu mundo balança por alguns momentos e você tenta manter o equilíbrio enquanto escuta o que a pessoa tem a dizer.

Por isso, ouvir uma piada sobre estupro não deve ser engraçado. Perguntas como “Não seria engraçado se uma mulher fosse estuprada por um bando?” ou “O sexo matinal é ótimo — a não ser quando você está na prisão” ou quando, ao discutir os resultados de uma prova com colegas, não é engraçado quando elas dizem que foram “estupradas” pelo teste por causa de

sua dificuldade?

É claro que não é engraçado. É grosseiro e insultante.

Isso também deriva de nossa cultura. Canções que glorificam o ataque e o abuso sexual estão nas paradas de sucesso, filmes que apresentam estupro e ataque sexual ganham Oscars e o estupro parece ser usado como “atração” na televisão. Há inúmeros artigos em que a norma é culpar a vítima. Estudantes colegiais e universitários compartilham vídeos e fotos de estupro e ataque sexual com seus amigos, e isso se espalha como fogo no mato. As pessoas publicam piadas sobre estupro na mídia social, e quando outras tentam dizer que não é engraçado elas respondem dizendo que não entendem esse tipo de humor.

Embora os detalhes ainda estejam sendo elucidados, basicamente o comediante Daniel Tosh fez uma “piada de estupro” quando um membro da plateia o censurou e a história se tornou viral. Ele disse: “Não seria engraçado se aquela garota [referindo-se a um membro da plateia que o censurou sobre piadas de estupro no início da apresentação] fosse estuprada por cinco caras neste momento? Agora mesmo?”

Mas o verdadeiro significado de “estupro” e “piada” juntos precisa ser melhor examinado. Como escreveu Elissa Bassist em seu artigo no “Daily Beast”: “O debate sobre Tosh não deveria ser ‘as piadas de estupro são engraçadas?’. É a direção errada: sua declaração foi uma crítica tremendamente inadequada, um lembrete e uma ameaça de que aquela mulher poderia ser estuprada por um bando naquele momento. Existe uma diferença entre fazer uma piada para indicar o absurdo de uma situação e o que Tosh fez, conscientemente ou não, que foi usar o humor para humilhar uma mulher que se manifestou sobre algo em que ela acreditava.”

O que fazer piadas sobre uma questão tão séria diz sobre reconhecer o ataque sexual como um ato violento? Em uma nova reportagem, foi revelado que jovens mulheres “consideram a violência sexual contra elas normal”. Se continuarmos minimizando as consequências do estupro e do ataque sexual para uma pessoa, continuarmos agindo com descasosobre uma cena de estupro em um filme, continuarmos dizendo que “os meninos são meninos” e depois continuarmos no processo de culpar a vítima, como poderemos superar isto?

Tosh pediu desculpas pelo Twitter, mas parecia ser um “desculpe que não estou arrependido”.



**daniel tosh** ✓

@danieltosh

Follow

all the out of context misquotes aside, i'd like to sincerely apologize [j.mp/PJ8bNs](http://j.mp/PJ8bNs)

5:56 PM - 10 Jul 2012

[So a Girl Walks into a Comedy Club...](#)

This is something that happened to a friend of mine in her own words. "So, on Friday night my friend and I were at her house and wanted to get out and do something for the evening. We brainstormed...

Aa

Tumblr @tumblr

511 RETWEETS 466 FAVORITES



Só porque existe algo como a livre expressão e sim, você pode dizer qualquer coisa que quiser e fazer piadas de situações trágicas e até de pessoas, não quer dizer que você deva fazer isso. Não significa que esteja certo. Nem todas as coisas horríveis do mundo precisam que alguém faça uma piada sobre elas.

Há comediantes que não estão defendendo as piadas sobre estupro, como W. Kamau Bell, Molly Knefel e Hari Kondabolu — e outros que as defendem, como Dane Cook, Stevie Ryan e Sarah Beattie.

Alguns comediantes acham que desde que você entra em um clube de comédia qualquer coisa vale. Foi a opinião do comediante Jim Norton, quando ele e a Jezebel de Lindy West falaram sobre a ética das piadas de estupro na série noturna da FX "Totally Biased with W. Kamau Bell". Explicando por que eles falam sobre assuntos sérios em clubes de comédia, Norton disse: "Nós todos saímos sentindo o mesmo sobre esses assuntos, mas o alívio da comédia é que ela pega coisas que não são engraçadas e nos permite rir sobre elas durante uma hora e depois temos o resto do dia para vê-las como as coisas horríveis e tristes que são na verdade".

Mas às vezes os comediantes não têm tanta sorte ao expressar suas opiniões sobre a comédia.

O apresentador de podcast na Citizen Radio e feminista Jamie Kilstein disse que as piadas de estupro não são engraçadas em uma entrevista à MSNBC, e a partir daí ele perdeu amigos e trabalho. Ele disse mais tarde: "O que é hilariante é que os comediantes que fazem essas horríveis piadas de estupro dizem que elas são modernas. Não há nada de moderno em viver nos EUA como um homem branco e assediar mulheres. Essa é realmente a coisa menos moderna que você pode fazer. Você não é um rebelde agindo dessa maneira. Os comediantes têm tanta coisa sobre as quais podem falar. Não temos seguro-saúde. Não temos um sindicato, mas de certa forma quando as piadas de estupro são apresentadas todos os comediantes do universo encontram algo em que eles concordam, então os comediantes negros, os comediantes gays e os comediantes brancos se unem e dizem que as piadas de estupro são engraçadas. É idiotice. Eu acho que é preguiça e mesquinha." "

Mas as piadas de estupro não são ditas apenas no interior dos clubes de comédia. Isso continua acontecendo e continuamos a vê-las em programas de televisão e na cultura pop. A cultura do estupro é prevalente, como é mostrado em parte por esta compilação de vídeos da “New York Magazine”:

A pior parte das piadas sobre estupro e ataque sexual é que há consequências sérias. Jovens homens e mulheres já se mataram por causa das consequências do abuso sexual e estupro. Cerca de 33% das pessoas que foram estupradas têm pensamentos suicidas, e cerca de 13% das vítimas de estupro tentam cometer suicídio.

A estudante de 15 anos Audrie Pott foi encontrada enforcada em um banheiro dias depois de ter sido atacada sexualmente em uma festa e de fotos terem sido usadas para ameaçá-la. Thomas Malone, um estudante do Amherst College, deixou um bilhete e se matou quando não podia mais enfrentar o ataque sexual que tinha ocorrido quando frequentava a faculdade. Uma canadense de 17 anos, Rehtaeh Parsons, morreu depois de uma tentativa de suicídio. A família disse que a menina nunca se recuperou do estupro supostamente cometido contra ela por quatro adolescentes. Seu pai escreveu um post comovente sobre as consequências de seu suicídio e o que havia permitido que isso acontecesse.

São casos terríveis, cheios de acusações à vítima, de uma comunidade que censura as vítimas enquanto elogia os estupradores como “vítimas”.

Seguindo em frente, como podemos deter o estupro? O ataque sexual? A cultura do estupro? As piadas de estupro?

Precisamos abordar a cultura do estupro. Precisamos reconhecer que, segundo um estudo recente, os homens são estuprados com a mesma frequência que as mulheres. Precisamos compreender que os dois sexos têm experiências semelhantes de alguns tipos de vitimização sexual. Precisamos parar de culpar as vítimas. Precisamos parar de perguntar “o que você estava vestindo?” e começar a demonstrar compaixão. Precisamos parar de obrigar as vítimas a se esconder por causa de “piadas”, e em vez disso encorajar as vítimas a procurar as autoridades e relatar o que aconteceu.

Precisamos romper o silêncio.

Ao envolver homens e meninos nessa discussão, juntamente com as mulheres, encorajamos as comunidades a agir e obrigamos todos a ser responsáveis.

O vice-presidente Joe Biden disse em uma entrevista a “The Huffington Post ” que “não basta não ser um abusador”. A Casa Branca também lançou recentemente um Anúncio de Serviço Público que incentiva os homens a agir quando virem uma mulher sendo atacada. Do “Huffington Post”: “O vice-presidente rejeitou a ideia de que a Casa Branca precisa que o Congresso aja para ter um efeito real. ‘Nós nem sequer temos leis para isto’, disse ele. ‘Estamos tentando mudar a cultura.’”

Você pode assistir ao vídeo abaixo:

Existe uma linha fina, e quando ela é cruzada não há como voltar. Você nunca pode realmente esquecer o fato de que alguém foi estuprado ou atacado sexualmente.

Esse conhecimento fica em você e nunca desaparece. E não deve ser algo para se fazer piadas. Nas palavras da comediante Sara Schaefer:

“Na minha opinião, a comédia floresce mais quando nos une, e não quando nos separa”.

*Madeline Wahl*

**Acesse no site de origem:** [Como as piadas de estupro contribuem para a cultura do estupro \(Brasil Post, 21/08/2014\)](#)

---

## [Construindo políticas para as mulheres na cidade de São Paulo, por Denise Motta Dau](#)

**(Folha de S.Paulo, 09/08/2014)** Em artigo publicado no site da Folha (“[Políticas \(inexistentes\) para mulheres](#)”, 28/7), a autora apresenta uma versão que não reflete a atuação da recém criada Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres do Município de São Paulo (SMPM).

Criada por meio do diálogo do prefeito Fernando Haddad com o movimento de mulheres em consonância com a política nacional de fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres nas gestões municipais e estaduais do nosso país, a SMPM tem por finalidade assessorar, coordenar e articular junto à administração a formulação e implementação de ações para a promoção da igualdade de gênero, enfrentamento à violência, preservação e ampliação dos direitos das mulheres.

Em maio de 2014 completamos um ano de existência formal. Nesse curto período, avançamos na construção de uma política municipal de fortalecimento e ampliação da rede de serviços de enfrentamento à violência, promoção da cidadania e participação social, em conexão com projetos de autonomia econômica, em especial na área da economia solidária.

Nos serviços mantidos pela Secretaria (Unidade Móvel, Centros de Cidadania da Mulher, Casa Abrigo, Centros de Referência da Mulher), realizamos cerca de 14 mil atendimentos em 2013 e 15 mil no primeiro semestre de 2014. Temos a previsão de instalação de, no mínimo, mais 5 novos serviços: Casa da Mulher Brasileira, (cujo edital federal encontra-se em fase de conclusão), Casa de Passagem (com projeto já aprovado em nível federal e prestes a ter orçamento liberado), instalação de mais uma Casa Abrigo e dois Centros de Referência da Mulher, estes com orçamento municipal.

Visando atender as demandas reprimidas em áreas remotas da capital, a SMPM, em parceria com o governo federal, implantou a primeira Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres, equipada com salas individuais e equipe multiprofissional para acolher e encaminhar as demandas referentes às políticas de gênero e defesa de direitos, articulada com lideranças



populares dos bairros. A Unidade iniciou a atuação no extremo sul da cidade e percorrerá a zona leste no segundo semestre.

Quanto à articulação com as demais Secretarias Municipais, foi criado o Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres, -"Conexão Mulher"- para garantir que as políticas de gênero sejam transversais e incorporadas nas metas da gestão.

As parcerias incluem as Secretarias Municipais da Cultura, Trabalho, Promoção da Igualdade Racial, Segurança, Educação, Serviços, Habitação, Assistência, Direitos Humanos, entre outras.

Com a Saúde, além de promover a capacitação de profissionais na área de direitos sexuais e reprodutivos, temos a gestão compartilhada com a Casa SeR Dorinha (Cidade Tiradentes), com ações que fortalecem a autonomia da mulher sobre o próprio corpo. Além disso, estamos acompanhando a implantação das seis novas Casas de Parto Natural Intra Hospitalar (Pirituba, Itaquera, Ermelino Matarazzo, Jardim Ângela, Rio Pequeno e Vila Clementino) e a reativação dos serviços de realização do aborto previstos em lei no SUS.

Com o mesmo empenho, temos realizado diálogos com a sociedade civil organizada, promovendo a instalação de Fóruns Regionais de mulheres para definir prioridades no que se refere às políticas públicas. A meta é instalar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres em 2015.

Assim sendo, convidamos os movimentos de mulheres, entidades, sindicatos, ONG's, lideranças e parlamentares que desejam construir políticas de Estado para as mulheres, de forma efetiva e permanente, a engajarem-se nesta jornada. O resultado, com certeza, nos levará a uma "Sampa" mais igualitária e humanizada.

DENISE MOTTA DAU, 50, é Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo

***Acesse o PDF: [Denise Motta Dau: Construindo políticas para as mulheres na cidade de São Paulo \(Folha de S.Paulo, 09/08/2014\)](#)***

---

## **[Huck indigna governo e faz Globo ser denunciada](#)**

***(Brasil 247 - 27/06/2014)*** Emissora dos Marinho foi denunciada pelo crime de exploração sexual depois que o apresentador Luciano Huck fez uma ação nas redes sociais oferecendo brasileiras aos "príncipes encantados gringos"; ex-ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário cobrou retratação por difundir que mulheres brasileiras estão disponíveis para estrangeiros; denúncia já foi protocolada no Ministério Público

Uma campanha promovida pelo apresentador Luciano Huck, da Globo, que incentiva mulheres brasileiras a conquistarem "gringos" que estão no País para a Copa do Mundo, causou grande polêmica nas redes sociais. Agora, o caso chegou à esfera judicial. Os blogs O Cafezinho, de

Miguel do Rosário, e Megacidania denunciaram a emissora por crime de exploração sexual.



“Ta no Rio? Solteira? Quer 1 príncipe encantado entre os ‘gringos’ q estão na cidade. Mande fotos e o pq; namoradaparagringo@globomail.com”, tuitou Luciano Huck na última terça-feira 24. “Está claro que a Globo cometeu um crime grave”, escreve Miguel do Rosário, em seu blog. “A campanha teria que ser feita para homem, mulher e homossexuais. Se se trata de ‘amor’, por que só mulheres com ‘gringos’? Por que não homens com ‘gringas’? É muito estranho!”, acrescentou.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Huck indigna governo e faz Globo ser denunciada](#)

---

## **EUA voltam a cobrar mais empenho brasileiro contra tráfico humano**

(BBC Brasil, 20/06/2014) Um relatório divulgado nesta sexta-feira pelo Departamento de Estado americano avalia que os esforços do governo brasileiro para combater o tráfico de pessoas, apesar de “significativos”, ainda não são suficientes para eliminar o problema. “O governo brasileiro não obedece completamente aos padrões mínimos para a eliminação do tráfico de pessoas”, diz o documento. “No entanto, está fazendo esforços significativos.”

**Leia também: [Cuba diz que relatório dos EUA sobre tráfico humano é ‘manipulador’ \(G1/Mundo, 21/06/2014\)](#)**

**[- EUA incluem a Venezuela em sua lista negra de tráfico de pessoas \(El País, 20/06/2014\)](#)**

O documento diz que o Brasil continua a ser “fonte e destino” de homens, mulheres e crianças submetidos a tráfico sexual e trabalhos forçados, tanto dentro do país quanto no exterior.

Segundo o relatório, o turismo sexual infantil continua a ser um problema, principalmente no Nordeste.

O Departamento de Estado menciona a correlação entre trabalho escravo e degradação ambiental, principalmente na região amazônica.

Mas ressalta que o trabalho escravo ocorre não apenas no campo e observa que, em 2013, as autoridades brasileiras identificaram pela primeira vez mais indivíduos em trabalho escravo em áreas urbanas do que em áreas rurais.

### **Categorias**

A avaliação sobre o Brasil é semelhante a de anos anteriores. O relatório anual analisa 188 países, divididos em quatro categorias, de acordo com os esforços feitos para combater o

tráfico humano.

O Brasil é incluído na categoria 2, destinada a países que ainda não se adequaram totalmente aos padrões mínimos previstos, mas estão fazendo esforços.

Vinte e três países foram incluídos na última categoria, entre eles Venezuela, Tailândia e Malásia, que foram rebaixados neste ano.

Essa categoria reúne países que “não estão fazendo esforços significativos”. Esses países estão sujeitos a sofrer algum tipo de sanção dos Estados Unidos

“Os EUA são os primeiros a admitir que nenhum governo está fazendo o suficiente”, disse o secretário de Estado, John Kerry, na cerimônia de lançamento do relatório.

Kerry ressaltou o fato de que há 20 milhões de vítimas de tráfico no mundo. “Isso em uma estimativa conservadora”, observou o secretário. “Todos temos que fazer mais.”

### **Recomendações**

O relatório reconhece que as autoridades brasileiras aumentaram o número de investigações criminais contra potenciais traficantes e condenaram pelo menos sete traficantes sexuais e cinco acusados de explorar trabalho escravo.

No entanto, observa que muitos casos levam vários anos até a condenação final e alguns dos condenados cumprem suas penas com prisão domiciliar, serviços comunitários ou apenas pagamento de fiança.

Segundo o Departamento de Estado, “os estatutos (brasileiros) que proíbem tráfico de pessoas não se alinham à lei internacional, dificultando a avaliação completa dos esforços do governo”.

Entre as recomendações feitas ao Brasil está a de aumentar os esforços para investigar e processar crimes relativos ao tráfico de pessoas e condenar e sentenciar os criminosos. O Departamento de Estado também recomenda a aplicação de sentenças mais rigorosas para traficantes de pessoas e o aumento do financiamento a assistência especializada, abrigo e proteção para vítimas.

### **Copa e Olimpíada**

Um trecho do relatório é dedicado à relação entre tráfico humano e grandes eventos esportivos.

O documento não cita o Brasil especificamente, apenas fornece recomendações gerais para países que irão abrigar esse tipo de evento, entre eles as próximas Olimpíadas até 2020 (a de 2016 será no Rio) e a Copa do Mundo de 2018 (na Rússia) e 2022 (no Catar).

“Grandes eventos esportivos são tanto oportunidade para aumentar conscientização quanto desafio para identificar vítimas de tráfico e processar traficantes”, diz o texto.

“Governo em países que vão sediar eventos esportivos devem identificar potenciais falhas em suas respostas ao tráfico de pessoas.”

***Acesse no site de origem: [EUA voltam a cobrar mais empenho brasileiro contra tráfico humano \(BBC Brasil, 20/06/2014\)](#)***